

# 1

## Resgate histórico das relações públicas comunitárias no Brasil

WALDEMAR LUIZ KUNSCH\*

---

Um novo paradigma começou a ser delineado para as relações públicas na década de 1980, com o IX Congresso da União Cristã Brasileira de Comunicação Social, que incluiu em seu programa um painel sobre relações públicas a serviço dos interesses populares. A partir daí, foram surgindo os primeiros textos sobre o que chamamos de relações públicas comunitárias, sob a forma de artigos e dissertações. Hoje já é possível falar, teórica e praticamente, de relações públicas comunitárias, ou seja, de um trabalho comprometido com os interesses dos segmentos sociais organizados ou com o interesse público. Os discursos se voltam à qualidade de vida do homem em sua comunidade, na construção da cidadania.

---

Neste artigo, fazemos inicialmente um pequeno apanhado sobre a caminhada histórica desse campo que, a partir da década de 1980, passou a chamar-se, concretamente, de relações públicas comunitárias. Em seguida, pontuaremos rapidamente alguns grandes tópicos que, a nosso ver, constituem o arcabouço de uma abordagem teórica dessa disciplina que hoje integra o currículo dos cursos de relações públicas.

É evidente que a preocupação com a função social das relações públicas não vem de 1980. Margarida Krohling Kunsch, em pequeno artigo publicado em 2001, mencionava, por exemplo, Edward Bernays, que já em 1920 “defendia que a base consistente para a prática de relações públicas corretas e eficientes estava nas ciências sociais e na sociedade democrática”. Outro autor a que ela se referia era Harwood Childs, que salientava, em 1940, “que o problema básico da atividade é o relacionamento de uma organização com a sociedade, cumprindo ela sua missão quando compreende as implicações de uma prática voltada especificamente para esse fim”.

Do Brasil Margarida destacava Candido Teobaldo de Sousa Andrade, que, em 1970, em sua tese de doutorado na ECA-USP, *Psico-sociologia das relações públicas*, “pregava uma maior convergência entre os interesses públicos e privados, chamando a atenção para a necessidade de maior conscientização quanto à responsabilidade social das organizações”. Anote-se, aliás, a insistência de Teobaldo no papel das relações públicas quanto a uma ação conjugada em torno de um ou mais objetivos comuns entre as organizações e seus públicos, “para promover seu desenvolvimento recíproco e da comunidade a que pertencem”, conforme a definição operacional dada à atividade, em 1970, pelo chamado Acordo do México.

Mencione-se o papel exercido, nesse contexto, pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social do Instituto Metodista de Ensino Superior, na primeira fase de sua

---

\* Filósofo, jornalista, relações-públicas e editor, com mestrado em Comunicação Social (Metodista, 2001), foi professor de Relações Públicas Comunitárias e orientou projetos experimentais nessa especialidade.

existência, que abrangeria os anos de 1979 a 1985<sup>1</sup>. Marques de Melo (1983, p. 194), relata como, no início, o programa tinha “uma preocupação científica com os fenômenos não-hegemônicos ou contra-hegemônicos da comunicação nas sociedades dependentes”. Isto decorria principalmente do fato de que a Metodista é uma instituição encravada no ABC Paulista, onde à época, graças ao movimento operário, surgiam vigorosas experiências populares de comunicação, que ofereciam motivação para despertar o interesse dos pesquisadores sociais. O programa, entre outras linhas, tomou como parâmetro de sua produção de conhecimento “a elaboração simbólica das classes trabalhadoras, para compreender os seus próprios meios de expressão cultural e política”. Marques de Melo esclarece, de forma precisa, que

esse corte temático passava evidentemente pela tentativa de desvendar a trama ideológica intrínseca à comunicação dirigida às classes subalternas, como por exemplo os jornais de empresa, os programas de adestramento técnico-científico ou as campanhas de desenvolvimento comunitário.

Não se pode deixar de referenciar, sobre essa temática, as obras *Comunicação e classes subalternas* (Marques de Melo, 1980) e *Comunicação popular e alternativa no Brasil* (Silva e Festa, 1986), bem como o artigo “A comunicação e o fortalecimento da organização popular” (Bordenave, 1984). Alguns anos mais tarde, Christa Berger (1995, p. 15-25) faria uma análise da produção teórica sobre a comunicação nos movimentos sociais na década de 1980. A autora destacava a contribuição que, nessa direção, vinha sendo dada por Regina Festa, desde o primeiro trabalho, sobre as “Comunidades eclesiais de base e comunicação” (Festa, 1982), até o artigo “Movimentos sociais, comunicação popular e alternativa” (Festa, 1986)<sup>2</sup>.

Em 1991, entrariam em ação os Grupos de Trabalho da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom). Vale mencionar o livro *Comunicação e culturas populares* (Peruzzo, 1995), com os trabalhos produzidos pelo GT de Cultura e Comunicação Popular<sup>3</sup> de 1991-1993. Vários estudos dessa obra representavam os caminhos que a comunicação popular e alternativa tinha percorrido até então. No contexto que estamos examinando, encaixam-se os dois artigos de Círcia K. Peruzzo nessa obra: “Comunicação popular em seus aspectos teóricos” (Peruzzo, 1995, p. 27-44) e “Pistas para o estudo e a prática da comunicação comunitária participativa” (Peruzzo, 1995, p. 143-162). No primeiro, a autora apontava como fundamentos teóricos da comunicação popular, entre outros: seu desenvolvimento no bojo de uma educação libertadora; seu conteúdo crítico-emancipador; e o papel protagônico do próprio povo e/ou de organizadores e pessoas organicamente ligados aos grupos sociais. No segundo ela pontuava alguns pontos já abordados de forma ampla em sua tese de doutorado (1991), assinalando que, apesar das dificuldades enfrentadas pela comunicação dos movimentos sociais (“condições de vida fincadas na desigualdade social, os valores culturais, os interesses políticos etc.”), experiências concretas “demonstram sua importância no processo de construção da cidadania, ajudando o homem a tornar-se sujeito”. Em 2002, a Intercom teria como tema de seu congresso anual exatamente o tema “Comunicação para a cidadania”. Sobre ele foi lançado um livro com o mesmo título

---

<sup>1</sup> Cf. artigo que publicamos sobre o desenvolvimento do programa da Metodista (Kunsch, W., 2003).

<sup>2</sup> De se notar que Berger não faz menção à dissertação *Comunicação popular e alternativa* (Festa, 1984) e à tese *A participação na comunicação popular* (Peruzzo, 1991). Observe-se, igualmente, que também nossa pesquisa sobre a temática não tem a pretensão de ser exaustiva, mas apenas amostral.

<sup>3</sup> Hoje transformado em Núcleo de Pesquisa de Comunicação e Cidadania.

(Peruzzo e Almeida, 2003). Não é o caso de nos determos aqui sobre essa obra. Mas poderíamos ressaltar nela, como contribuições mais pertinentes ao tema das relações públicas comunitárias, os artigos “Cidadania, comunicação e cultura” (Rubim, 2003), “Cidade, comunicação e desenvolvimento local” (Alves, 2003) e “Mídia comunitária, liberdade de comunicação e desenvolvimento” (Peruzzo, 2003).

Em 1996, também a Alaic - Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación criaria um grupo de trabalho hoje denominado de Comunicación Popular, Comunitaria y Ciudadana. Esse GT lançou há dois anos o livro *Vozes cidadãs: aspectos teóricos e análises de experiências de comunicação popular e sindical na América Latina* (Peruzzo, 2004), com as contribuições selecionadas dos pesquisadores que o integram. Também aqui não é o caso de nos alongarmos na análise dessa obra. Dela pode-se assinalar-se, como mais vinculados à nossa temática, os artigos “Mídias, identidades culturais e cidadania” (Cogo, 2004), “Estratégias de comunicação e comunidade gerativa” (Paiva, 2004), “Sinal de alerta: sociedade civil organizada em tempos de globalização” (Calonio, 2004) e “Metodologia de intervención en la práctica comunitaria: investigación-acción, capital e cultivo social” (Vizer, 2004).

Foi, assim, a partir dos anos 1980 que, no nosso entender, as relações públicas passariam efetivamente por uma transformação nesse campo, tanto na teoria como na prática. Os indivíduos tornavam-se mais conscientes de seus direitos e deveres no processo de edificação de uma sociedade mais justa. E as organizações, por sua vez, começavam a sentir-se incentivadas a exercer novos papéis na construção da cidadania, passando a preocupar-se de forma crescente com programas sociais.

## **As relações públicas comunitárias no Brasil**

Em 1980, o IX Congresso da União Cristã Brasileira de Comunicação Social (UCBC) incluiu em sua programação um painel sobre relações públicas a serviço dos interesses da comunidade e dos movimentos sociais organizados, em que sobressaíram, entre outros, José J. Queiroz, Cicilia Krohling Peruzzo e Margarida Krohling Kunsch. Suas intervenções nesse evento são, para nós, paradigmáticas na história das relações públicas comunitárias do Brasil. Queiroz (apud Peruzzo, 1982, p. 127) advertia que “também para relações públicas – técnico e técnicas – *pode* [grifo nosso] soar a hora da libertação”, bastando que mudem “de ótica e de lugar”. E recomendava ao profissional, entre outras coisas: transformar-se de “ser de contato” em “ser de relações”; sacudir a passividade política; aprender a atuar grupalmente; e pôr à disposição da classes subalternas as suas técnicas, dentro de uma “metodologia da troca”. Cicilia propugnava a utilização de relações públicas pelos movimentos populares, “desde que fermentadas por outra concepção de mundo”. Suas idéias seriam exploradas na dissertação de mestrado que defenderia um ano depois. Margarida, por sua vez, dizia que os relações-públicas, “longe de querer dar receitas prontas”, deviam, muito mais, pensar numa “ação conjugada”. Sua contribuição seria divulgada no boletim *O Público*, da ABRP-SP, sob o título “Relações públicas: como servir aos interesses populares” (Kunsch, M., 1981). Esse evento da UCBC constitui, para nós, um marco do que viria a denominar-se relações públicas comunitárias. Ele “fez germinar uma nova esperança de vida para essa área” (Kunsch, M., 1987, p. 50).

A dissertação de Cicilia apareceria em 1981, com o título de *Relações públicas no modo de produção capitalista*, tendo sido lançada no mercado editorial logo depois (Peruzzo, 1982). A autora, confrontando o que a atividade deve ser na “essência” e o que

ela vinha sendo na “aparência”, punha o dedo na ferida de muitas organizações e de muitos profissionais. Pensar então em outro tipo de relações públicas implicava realmente pô-las “na contramão”, tônica do último capítulo da obra. Se a classe dominante costumava usá-las para “mistificar a realidade”, para “adaptar o ser humano a ela”, nas classes subalternas elas devem pôr-se a serviço de uma educação libertadora, que, “em lugar do homem-coisa, luta pelo homem-pessoa, transformador do mundo”, em palavras de Paulo Freire. “Então, relações públicas não são um simples conjunto de técnicas, mas todo um processo científico em que se busca conhecer, articular e transformar o homem, a sociedade e o mundo para construir o mundo, a sociedade e o homem”, pontuava a autora no fechamento do capítulo. “Tudo isso contribuiu para uma nova visão de relações públicas”, escreveria, anos depois, M. Kunsch (1987, p. 50), referindo-se ao painel da UCBC e à dissertação de Cicilia.

Em meados da década de 1980, Margarida publicaria o artigo “Relações públicas comunitárias: um desafio” (Kunsch, M., 1984). A autora punha o acento na necessidade de uma “ação conjugada” nessa área, nos termos preconizado por Teobaldo de Sousa Andrade desde 1978. Este, vendo na comunidade “um agrupamento de pessoas que [...] têm por característica essencial uma forte coesão, baseada no consenso espontâneo de seus integrantes e traduzida por atitudes de cooperação, em face de aspirações e interesses comuns”, dizia que ela “*pode vir* [grifo nosso] a se transformar num público dos mais importantes, para a atividade de relações públicas”. Isso levava Margarida a pontuar que “o conceito de relações públicas comunitárias diz respeito, com propriedade, apenas ao trabalho realizado diretamente com a comunidade, dentro dela e em função dela, por profissionais que se integram nos grupos ou por profissionais orgânicos surgidos nos próprios grupos”. Essa idéia se via reforçada com a citação de Díaz Bordenave e Carvalho (1979, p. 184) sobre os objetivos de um trabalho comunitário: “dar oportunidade ao povo para que expresse sua voz; desenvolver a consciência crítica, quer dizer, a capacidade das pessoas de julgar, de maneira mais objetiva, as mensagens que recebem; capacitar o povo para a participação na tomada de decisões, encaminhadas à satisfação de seus genuínos interesses; etc.”

Três anos depois, Margarida divulgaria novo artigo, “Propostas alternativas de relações públicas” (Kunsch, M., 1987), em que discorria sobre as exigências postas para a área no que se refere a uma “nova práxis” em termos de conhecimento da realidade, de estudo do macro-ambiente onde a comunidade se insere, de diagnóstico e de programas de ação. Como no artigo de 1984, ela punha novamente o foco no conceito de “educação libertadora” de Paulo Freire, para sugerir que, no trabalho comunitário, o profissional de relações públicas se posicione “como alguém que se integra no grupo” e não como um “transmissor de conhecimentos, [...] com soluções prontas para aquele grupo”. Ou em José Queiroz, para dizer que se exige do profissional da área “uma mudança existencial, de sorte que ele seja antes um ser de relações e não tanto um ser de contatos”. A premissa era mais uma vez que as ações nesse campo têm que dar-se de forma conjugada com os elementos da comunidade. “O importante é que se trabalhe *com* o grupo e não *para* o grupo”.

Este era também o *leitmotiv* do artigo “Relações públicas comunitárias”, que, no mesmo ano, seria publicado por Regina Célia Escudero (1987). A autora partia da diferença que Florestan Fernandes estabelecia entre os conceitos de sociedade e de comunidade: enquanto numa sociedade se busca o “pacto” em torno de vontades particulares, numa comunidade se procura chegar a uma “compreensão” em torno de sentimentos comuns. Esta visão obriga o profissional de relações públicas a adotar princípios libertadores na aplicação de suas “técnicas”, contribuindo para que o homem seja sujeito de sua ação no processo de transformação social, dentro da concepção de

Paulo Freire. Todas essas idéias se fariam presentes também na dissertação de mestrado que Regina viria a defender depois, *Relações públicas comunitárias: uma exigência da sociedade civil brasileira* (Escudero, 1991). Criticando a visão funcionalista então dominante na área, a autora insistia na necessidade de um posicionamento mais crítico diante da realidade, propondo um novo paradigma para as “funções” clássicas de relações públicas, nesse novo contexto da comunicação comunitária.

Nesse entremeio apareceria, ainda, o artigo “Relações públicas nos movimentos populares”, de Cílicia K. Peruzzo (1989). Nele, a autora discorria sobre a necessidade de alterar, modificar e recriar as relações públicas, que, para contribuir efetivamente para a transformação social, devem alicerçar-se em novos fundamentos, na concepção libertadora de educação e na interdisciplinaridade (a imbricação das diferentes áreas da comunicação e de outras áreas do conhecimento). Não basta simplesmente “transportar” para os movimentos sociais e a comunidade os tradicionais métodos da área. Estes, dentro das “novas relações públicas”, devem favorecer a articulação, a conscientização e a ação coletiva da comunidade, em função de um conteúdo político capaz de forjar a cidadania. Isso implica a renúncia ao paternalismo, a democratização do saber técnico e o favorecimento da ação partilhada. As idéias do artigo de 1989, atualizadas e ampliadas, seriam retomadas em outro texto da mesma autora, “Relações públicas, movimentos populares e transformação social” (Peruzzo, 1993), no qual a autora fez um inventário dos usos sociais das relações públicas nos movimentos populares contemporâneos, especialmente no Brasil. No espaço entre esses dois artigos, Cílicia também defendeu a sua tese de doutorado, *A participação na comunicação popular* (Peruzzo, 1991), mais tarde transformada em livro, que abordamos mais adiante.

Na seqüência cronológica que adotamos, fazemos aqui uma menção ao livro *Relações públicas e modernidade: novos paradigmas na comunicação organizacional*, de M. Kunsch (1997a<sup>4</sup>). O capítulo final, “Relações públicas e comunicação organizacional: no caminho da modernidade” (p. 135-148), todo ele sobre os novos paradigmas da área, termina dizendo que “as relações públicas devem ter por bússola a dimensão futura, espelhada na criticidade com respeito ao presente e no estudo do que se deve desejar de melhor para a atuação profissional, buscando o equilíbrio entre a modernidade técnica e a modernidade ética, para ajudar a construir uma sociedade melhor e mais justa”. Trata-se de uma consideração muito compacta sobre as reflexões então em curso sobre princípios e diretrizes que deviam nortear as relações públicas no novo contexto então em elaboração.

A propósito disso fazemos referência também ao artigo “Relações com a comunidade”, do livro *Obtendo resultados com relações públicas* (Kunsch, M., 1997b<sup>5</sup>). Nele, Maria Aparecida de Paula e Ana Luísa de Castro Almeida (1997) apontavam algumas diretrizes que devem nortear o desenvolvimento de programas comunitários: partir da ótica das pessoas; nunca ignorar problemas reais causados em decorrência da interferência de uma empresa na comunidade; intencionalidade – o programa só deve resultar de uma decisão política dos empreendedores; agilidade – agir com senso de oportunidade no retorno às reivindicações; continuidade e permanência – programas não devem ser interrompidos para não perderem a credibilidade; unidade – a abordagem de comunicação deve ter um eixo que lhe assegure sintonia com a ótica da comunidade.

Em 1998, Cílicia K. Peruzzo lançaria o livro *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania* (Peruzzo, 1998<sup>6</sup>), que se constitui em valioso referencial para as relações públicas comunitárias, ao vincular a

---

<sup>4</sup> Essa obra teve, desde então, diversas reimpressões.

<sup>5</sup> Essa obra apareceu numa 2a. edição em 2006, com o seu conteúdo totalmente revisto e atualizado.

<sup>6</sup> Essa obra teve algumas reimpressões, estando hoje na 4a. edição (Vozes, 2004).

comunicação participativa com o processo de construção e ampliação dos direitos de cidadania. Neste sentido, chama a atenção, de alguma forma, o sétimo e último capítulo, em que a autora discute as implicações políticas, metodológicas e estratégicas da comunicação participativa a serviço da ampliação da cidadania, além de relacionar uma série de desafios que se colocam para esse campo. Essa obra abria e aplainava o caminho para uma nova práxis, “preocupada em ver no ser humano a força motivadora, propulsora e receptora dos benefícios do desenvolvimento”.

Vê-se que os anos 1990 foram profícuos na geração de textos básicos sobre a temática das relações públicas comunitárias. Dessa década, podemos apontar mais dois artigos, surgidos em 1999. O primeiro era de Regina Escudero César, “As relações públicas frente ao desenvolvimento comunitário” (César, 1999, p. 89-112). Nele, a autora refletia sobre as bases metodológicas das relações públicas num contexto em função do qual alguns autores vinham explorando as bases conceituais de uma “comunicação comunitária”. A autora propunha uma renovação do embasamento teórico-prático da atividade, concebendo-o no marco de uma visão dialética e holística da realidade, capaz de intervir de modo eficaz para transformá-la. Segundo ela, as tradicionais funções de assessoria, pesquisa, planejamento, execução e avaliação não mais devem ser desenvolvidas entre quatro paredes, mas, sim, ser fruto da participação de todos os envolvidos, num processo de comunicação horizontal. Atuar na perspectiva das relações públicas comunitárias implica contemplar a realidade sob uma nova ótica, que, para lá de um mero marketing institucional, exige o comprometimento do profissional e das empresas com a construção da cidadania.

No mesmo ano, Cicilia K. Peruzzo publicava o artigo “Relações públicas com a comunidade: uma agenda para o século XXI” (Peruzzo, 1999), com o qual encerramos este resgate histórico das relações públicas comunitárias no Brasil. Como o de Regina César, o texto de Cicilia era uma mostra do grau avançado em que, nessa altura, já se achavam as reflexões sobre as relações públicas comunitárias. Revisitando os conceitos de “público comunitário”, “empresa-cidadã” e “responsabilidade social”, a autora identificava uma série de dinâmicas inerentes a uma comunidade: maior conscientização das pessoas quanto à realidade em que estão inseridas, confluência de ações em torno de objetivos comuns, desenvolvimento de aptidões associativas em prol do interesse coletivo, participação popular direta e ativa. É em função dessa nova realidade que ela via as “relações públicas comunitárias”. Estas, definitivamente, não podem mais se resumir a ações comunicacionais unidirecionais, que às vezes não passam de meras estratégias de marketing comercial disfarçadas sob o nome de “marketing da solidariedade” (Gilles Lipovetsky).

## **Uma proposta de abordagem das relações públicas comunitárias**

Os textos por nós examinados, representando contribuições compactas para um apanhado abrangente da evolução das relações públicas comunitárias no Brasil, contêm os tópicos essenciais do arcabouço teórico desse campo. Assim, quando, em 2003, uma faculdade paulista nos convidou para ministrar a disciplina Relações Públicas Comunitárias, foram eles, além de algumas obras básicas sobre temas correlatos, a base de nosso programa, que abordava, essencialmente, os seguintes pontos: 1. Cidadania – 2. Um novo panorama da sociedade civil – 3. Uma nova consciência do empresariado brasileiro – 4. Os três setores da sociedade nesse contexto – 5. Desenvolvimento comunitário e relações públicas – 6. Empresa, públicos, comunidade – 7. Um novo paradigma de relações públicas – 8. Atividades de relações públicas comunitárias – 9.

Relações públicas no mundo sistêmico e no mundo da vida. Fazemos aqui algumas considerações centrais a propósito do conteúdo desses tópicos.

1. É crescente a consciência quanto à cidadania e aos direitos do cidadão. Mas, os esforços não podem cessar. É preciso lutar incansavelmente contra o paternalismo do governo, o mero assistencialismo ainda dominante em muitas empresas e, ainda, a tendência à acomodação dos indivíduos e dos grupos sociais. O trabalho de relações públicas comunitárias envolve iniciativas de mobilização social em busca da co-responsabilidade. Para tanto se fazem necessários projetos abertos, multidirecionais, participativos e democráticos, sem abrir mão do planejamento formal como meio de coordenar e organizar as iniciativas.

2. Hoje existe toda uma rede formada a partir de movimentos e organizações muito diversificados em seus objetivos imediatos, em suas táticas e em sua prática concreta, mas que também apresentam muitas coisas em comum. No conjunto, podem estar conformando uma nova cultura política e a democratização da sociedade. Uma das instâncias pelas quais o homem pode exercer o direito e o dever de participar ativamente da construção da cidadania é a comunicação, tanto a informal (que o relações-públicas deve saber monitorar) como a formal (que envolve os meios dirigidos e também os massivos).

3. No contexto dos esforços pela construção da cidadania, num mundo marcado pelos riscos da globalização “por cima”, também o pensamento empresarial brasileiro se vê gradativamente tomado pelo despertar de uma nova consciência. Temas como cidadania corporativa e responsabilidade social adquirem destaque crescente. As relações públicas têm um papel importante como elemento de integração entre os objetivos de uma organização e o interesse público da comunidade em que ela se insere, levando-a a assumir efetivamente seu compromisso social, engajando-se em causas permanentes e não apenas em ações filantrópicas isoladas.

4. Na busca de uma integração cada vez mais próxima entre os três setores da sociedade, cabe às relações públicas influenciar mudanças do *status quo*, do poder do Estado e do mercado, no atendimento das demandas emergentes no campo dos direitos à cidadania e aos valores sociais. Segundo M. Kunsch (2003, p.145), é no trabalho de parceria entre o público e o privado que elas poderão fazer, via terceiro setor, as necessárias mediações, repensando conteúdo, formas, estratégias, instrumentos, meios e linguagens das ações comunicativas com os mais diferentes grupos envolvidos, a opinião pública e a sociedade como um todo.

5. No âmbito do desenvolvimento comunitário, a responsabilidade social e a cidadania corporativa não podem ser vistas como um mero modismo ou uma bandeira de luta em função de ganhos mercadológicos e de imagem institucional, como diz M. Kunsch (2001). Para a autora, “as organizações devem mostrar que assumem de fato uma prática responsável e comprometida com a melhoria da qualidade de vida das pessoas e a diminuição das desigualdades sociais. As relações públicas têm um papel importante nesse contexto. Só assim elas estarão cumprindo sua função social, ao lado de outras funções estratégicas”.

6. A inclusão de ingredientes de cunho social ou de interesse público nas estratégias das empresas não acontece porque estas se deram conta de sua responsabilidade junto à comunidade. As mudanças que ocorrem no conjunto da sociedade é que as forçam a reposicionar suas estratégias. O diferencial da empresa cidadã está no seu comprometimento sério e duradouro com este público. Nesta perspectiva é importante resgatar os princípios humanos e éticos das relações públicas. Ou seja, é fundamental que a atividade se pautar por uma comunicação como ato de compartilhamento.

7. Se o destino do homem é criar e transformar o mundo sendo o sujeito de sua ação, é essencial que se aperfeiçoe sempre mais o conteúdo teórico das relações públicas, assumindo-se um paradigma ideológico e metodológico capaz de colaborar com o desenvolvimento comunitário. O profissional deve contribuir para esse processo através da prática de um “planejamento político” (participativo) baseado no “planejamento sistêmico” (instrumental). Trabalhando pela mudança social através da “compreensão”, sua ação deve pautar-se por princípios libertadores na aplicação das “funções” e das “técnicas” de relações públicas.

8. Em sua essência, os pressupostos teóricos da área são válidos para aplicação também no âmbito da comunidade. O mesmo se pode dizer das técnicas e dos instrumentos disponíveis, mudando apenas os recursos e a maneira de empregá-los. Trata-se de atuar em função de uma proposta educativa-libertadora, como fica patente em todo o discurso da comunicação comunitária, que, mais do que nunca, há de ser simétrica e de mão dupla. O profissional deve capacitar-se técnica e humanamente para o trabalho “na” comunidade, cultivando conscientemente a solidariedade humana e tendo a ética como um princípio basilar.

9. Aplicando a teoria habermasiana da ação comunicativa, Antonio Teixeira de Barros (2000) diz que as atividades de relações públicas se desenvolveram e se consolidaram no âmbito do mundo sistêmico, relegando a segundo plano o mundo da vida. Destaca ele que, mesmo estando numa empresa (mundo sistêmico), o profissional pode ter uma atuação mais voltada para a esfera sócio-cultural (mundo da vida), contribuindo “para manter a identidade social e cultural dos indivíduos e das comunidades, ao favorecer o compartilhamento de valores, a livre expressão de idéias, a comunicação de natureza mais popular e menos institucional”.

## Referências

ALVES, Luiz Roberto. Cidade, comunicação e desenvolvimento local. . In: PERUZZO, Círcia M. Krohling e ALMEIDA, Fernando Ferreira de (orgs.). *Comunicação para a cidadania*. São Paulo: Intercom; Salvador: Uneb, 2003. p. 203-218.

ANDRADE, C. Teobaldo de Sousa.. *Para entender relações públicas*. [1962]. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1993.

BARROS, Antonio Teixeira de. Relações públicas e folkcomunicação: reflexões à luz da teoria da ação comunicativa. *Comunicação & Sociedade*, São Bernardo do Campo, PósCom-Umesp, a. 22, n. 34, p. 129-144, 2o. sem. 2000.

BERGER, Christa. A pesquisa em comunicação popular e alternativa. In: PERUZZO, Círcia M. Krohling (org.). *Comunicação e culturas populares*. São Paulo: Intercom, 1985. p. 15-26.

BORDENAVE, Juan. A comunicação e o fortalecimento da organização popular. In: SOARES, Ismar e PUNTEL, Joana. (orgs.). *A segurança do povo*. São Paulo: Paulinas, 1984.

CALONIO, César Luiz B. Sinal de alerta: sociedade civil organizada em tempos de globalização. In: PERUZZO, Círcia M. Krohling (org.). *Vozes cidadãs: aspectos teóricos e análises de experiências de comunicação popular e sindical na América Latina*. São Paulo: Angellara, 2004. p. 75-84.

CÉSAR, Regina Célia Escudero. As relações públicas frente ao desenvolvimento comunitário. *Comunicação & Sociedade*, São Bernardo do Campo, Póscom-Umesp, n. 32, p. 69-88, 2o. sem. 1999.

COGO, Denise. Mídias, identidades culturais e cidadania. In: PERUZZO, Cicilia M. Krohling (org.). *Vozes cidadãs: aspectos teóricos e análises de experiências de comunicação popular e sindical na América Latina*. São Paulo: Angellara, 2004. p. 41-56.

DÍAZ BORDENAVE, Juan e CARVALHO, Horácio Martins de. *Comunicação e planejamento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

ESCUDEIRO, Regina Célia.. *Relações públicas comunitárias: uma exigência da sociedade civil brasileira*. 235 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Instituto Metodista de Ensino Superior, São Bernardo do Campo, SP, 1991.

\_\_\_\_\_. Relações públicas comunitárias. *Comunicação & Sociedade*, São Bernardo do Campo, Póscom-Umesp, n. 15, p. 145-164, 2o. sem. 1987.

FESTA, Regina. Movimentos sociais, comunicação popular e alternativa. In: SILVA, Carlos Ed. Lins da e FESTA, Regina. (orgs.). *Comunicação popular e alternativa no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1986.

\_\_\_\_\_. *Comunicação popular e alternativa: realidade e utopias*. 1984. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Instituto Metodista de Ensino Superior, São Bernardo do Campo, 1984.

\_\_\_\_\_. Comunidades eclesiais de base e comunicação. In: SILVA, Carlos Ed. Lins da (coord.). *Comunicação, hegemonia e contra-informação*. São Paulo: Cortez / Intercom, 1982. p. 173-190.

KUNSCH, Margarida. M. Krohling. Relações públicas e responsabilidade social. In: \_\_\_\_\_. *Planejamento de relações públicas na comunicação integrada*. 4a. ed. – revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Summus, 2003. [Item 5 do cap. III – Relações públicas nas organizações]. p. 19-148.

\_\_\_\_\_. Relações públicas no terceiro setor: um resgate, para uma prática consciente *Boletim Comunicarp*, Campinas, Curso de Relações Públicas da Puccamp, a. X, out. 2001.

\_\_\_\_\_. (coord.). *Obtendo resultados com relações públicas*. São Paulo, Pioneira, 1997b.

\_\_\_\_\_. *Relações públicas e modernidade: novos paradigmas na comunicação social*. São Paulo: Summus, 1997a.

\_\_\_\_\_. Propostas alternativas de relações públicas. *Revista Brasileira de Comunicação*, São Paulo, Intercom, n. 57, p. 48-58, 2o. sem. 1987.

\_\_\_\_\_. Relações públicas comunitárias: um desafio. *Comunicação & Sociedade*, São Bernardo do Campo, Póscom-Umesp, n. 11, p. 131-150, 1o. sem. 1984.

\_\_\_\_\_. Relações públicas: como servir aos interesses populares. *O Público*, São Paulo, ABRP-SP, a. III, n. 13, p. 3, mar./abr. 1981.

KUNSCH, Waldemar Luiz. Do mercado à academia: as relações públicas em seu primeiro centenário (1906-2006). *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, São Paulo, Intercom, v. 29, n. 2, p. 55-88, jul./dez. 2006.

\_\_\_\_\_. De Lee a Bernays, de Lobo a Andrade: a arte e ciência das relações públicas em seu primeiro centenário (1906-2006). *Estudos de Jornalismo e Relações Públicas*, São Bernardo do Campo, Fajorp-Umesp, a. 4, n. 7, p. 103-115, jun. 2006.

\_\_\_\_\_. Comunicação & Sociedade: 25 anos disseminando as idéias do Grupo de São Bernardo do Campo (2o. sem. 1979–2o. sem. 2003). *Comunicação & Sociedade*, São Bernardo do Campo, PósCom-IMS, a.25, n. 40, p. 147-186, 2o. sem. 2003.

MARQUES DE MELO, José. Da comunicação popular à popularização da ciência. *Comunicação & Sociedade*, São Bernardo do Campo, PósCom-IMS, n. 9, p. 193-205, 1o. sem. 1983.

PAIVA, Raquel. Estratégias de comunicação e comunidade gerativa. In: PERUZZO, Círcia M. Krohling (org.). *Vozes cidadãs: aspectos teóricos e análises de experiências de comunicação popular e sindical na América Latina*. São Paulo: Angellara, 2004. p. 57-76.

PAULA, Maria Aparecida de e ALMEIDA, Ana Luísa de Castro. Relações com a comunidade. In: KUNSCH, Margarida M. Krohling. *Obtendo resultados com relações públicas*. São Paulo: Pioneira, 1997b.

PERUZZO, Círcia M. Krohling (org.). *Vozes cidadãs: aspectos teóricos e análises de experiências de comunicação popular e sindical na América Latina*. São Paulo: Angellara, 2004.

\_\_\_\_\_. Mídia comunitária, liberdade de comunicação e desenvolvimento. In: PERUZZO, Círcia M. Krohling e ALMEIDA, Fernando Ferreira de (orgs.). *Comunicação para a cidadania*. São Paulo: Intercom; Salvador: Uneb, 2003. p. 245-264.

\_\_\_\_\_. Relações públicas com a comunidade: uma agenda para o século XXI. *Comunicação & Sociedade*, São Bernardo do Campo, Póscom-Umesp, n. 32, p. 45-68, 2o. sem. 1999.

\_\_\_\_\_. *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. Petrópolis: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. Comunicação popular em seus aspectos teóricos. In: PERUZZO, Círcia M. Krohling (org.). *Comunicação e culturas populares*. São Paulo: Intercom, 1995. p. 27-44.

\_\_\_\_\_. Pistas para o estudo e a prática da comunicação comunitária participativa. In: PERUZZO, Círcia M. Krohling (org.). *Comunicação e culturas populares*. São Paulo: Intercom, 1995. p. 143-162.

\_\_\_\_\_. Relações públicas, movimentos populares e transformação social. *Revista Brasileira de Comunicação*, São Paulo, Intercom, v. XVI, n. 2, p. 125-133, 1993.

\_\_\_\_\_. *A participação na comunicação popular*. São Paulo, 1991. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) –Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 1991.

\_\_\_\_\_. Relações públicas nos movimentos populares. *Revista Brasileira de Comunicação*, São Paulo, Intercom, n. 60, p. 107-116, 1o. sem. 1989.

\_\_\_\_\_. (org.). *Comunicação e culturas populares*. São Paulo: Intercom, 1985.

\_\_\_\_\_. *Relações públicas no modo de produção capitalista*. São Paulo: Summus, 1982.

PERUZZO, Cílicia M. Krohling e ALMEIDA, Fernando Ferreira de (orgs.). *Comunicação para a cidadania*. São Paulo: Intercom; Salvador: Uneb, 2003.

RUBIM, Antonio R. Canelas. Cidadania, comunicação e cultura. In: PERUZZO, Cílicia M. Krohling e ALMEIDA, Fernando Ferreira de (orgs.). *Comunicação para a cidadania*. São Paulo: Intercom; Salvador: Uneb, 2003. p. 100-114.

SILVA, Carlos Ed. Lins da e FESTA, Regina. (orgs.). *Comunicação popular e alternativa no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1986.

VIZER, Eduardo A. Metodologia de intervención em la prática comunitaria: investigación-acción, capital e cultivo social. In: PERUZZO, Cílicia M. Krohling (org.). *Vozes cidadãs: aspectos teóricos e análises de experiências de comunicação popular e sindical na América Latina*. São Paulo: Angellara, 2004. p. 85-112.